

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL Ata da 80.^a Reunião Ordinária da CT-SAM – 06/08/2019- 9h30min. CEA – UNESP – Rio Claro/SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
ASSEMAE	Rogério Padula Santamaria (T)
BRK Ambiental Limeira	José Gilberto Ribeiro Coelho Júnior (S)
CDRS	Flávia Vasques (S)
CETESB	Lívia Fernanda Agujaro (T)
	Lúcia Vidor de Sousa Reis (S)
	Natália Molina Franco (T)
DAE Rio Claro	Mariana Vieira de Campos Kouichi (S)
	Thatiane Surian (S)
DAE Santa Bárbara d'Oeste	Claudioaldo Viana dos Santos (T)
FT/UNICAMP	Cassiana Maria Reganhan Coneglian (T)
IPSA -C	Dejanira de F. de Angelis (S)
	Dilza A. N. de Oliveira Leite (S)
	Luciana de Souza (S)
OAB-SP	Juliana C. Mansano Furlan (T)
P.M. de Ipeúna	Márcio A. Gomes Ramos (T)
Rotary Rio Claro Cid Azul	Dejanira de F. de Angelis (T)
SANASA	Rogério Padula Santamaria (T)
SORIDEMA	Dejanira de F. de Angelis (S)
SUCEN - Campinas	Odair Ferreira Leite (T)
Visa -RC	Luciana de Souza (S)
	Mariane M. Rodrigues (S)
	Kátia Curado Nolasco (S)

Membros Ausentes	
Entidade	
DAE Americana	
DAE Jundiaí	
GAEMA - PCJ	
SAA	
SEMAE	

Membros que justificaram ausência	
Entidade	
ABES-SP	
CENA/USP	
IPSA-C	
Mackenzie - Campinas	
VE - Rio Claro	

Estiveram presentes	
Entidade	Representante
Miguel M. Milinski	DAAE – Rio Claro
Kaique Duarte Barretto	Agência PCJ (FIESP-SP)

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Aos seis dias do mês de agosto de 2019, nas dependências do Centro de Estudos Ambientais (CEA) – UNESP, Rio Claro -SP, realizou-se a 80ª reunião ordinária da Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM), cuja pauta e a convocação foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica no dia 29 de julho.

1.Abertura: Dando início à reunião, a coordenadora Lucia solicitou dos presentes uma breve apresentação.

2. Aprovação da Ata: foi solicitado aos presentes se havia alguma proposta de alteração, sem manifestação foi aprovada por unanimidade.

3. Apresentação do Grupo de Trabalho GT- PSA – A coordenadora Luciana fez um breve relato a partir do histórico do PSA na CT-SAM, cuja primeira palestra sobre o assunto foi proferida pela engenheira Roseane, em 2012. Posteriormente, em 2016 nova palestra e a CT-SAM promoveu o 1ª Treinamento em PSA aos Municípios da Bacia, os quais Ipeúna, Santa Bárbara d'Oeste, Santa Gertrudes e Cordeirópolis demonstraram interesse e foram considerados adequados devido às diferenças de porte urbano. Santa Gertrudes optou pela não continuidade no projeto piloto após decisão da nova empresa que assumiu a responsabilidade pelo sistema de abastecimento de água, e que preferiu desenvolver de forma independente o PSA para os municípios que gerencia. Na fase piloto foram realizadas visitas e capacitações para elaboração do PSA e a partir destas experiências, surgiu a ideia da criação de um guia prático para sanar as dificuldades. Claudioaldo questionou se o Guia vai ser baseado nos pilotos de cada Município. Luciana explicou que a partir do Guia e por meio de capacitações os demais Municípios da Bacia PCJ poderão elaborar PSAs com base numa metodologia mais detalhada. O Sr Milinski informou que Rio Claro está desenvolvendo seu PSA pelo DAAE, órgão responsável pelo sistema de abastecimento de água. Profa Dejanira relatou que há

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL Ata da 80.^a Reunião Ordinária da CT-SAM – 06/08/2019- 9h30min. CEA – UNESP – Rio Claro/SP

uma equipe de acompanhamento da elaboração do Guia PSA e que a empresa contratada foi o Instituto de Pesquisas Tecnológicas –IPT de São Paulo. O relatório inicial já foi aprovado e no final de agosto será apresentado o primeiro esboço do guia para avaliação. No período de setembro a novembro serão realizados os ajustes para finalização do Guia Prático, cujo evento de apresentação à Agência está previsto para dezembro, contando com a presença do Prof. Vieira, idealizador do PSA. Cláudio sugere que neste mesmo dia, seja feita a apresentação dos PSAs elaborados pelos 3 Municípios. Milinski questionou se a finalidade do guia é somente orientar ou prevê algum tipo de financiamento pela Agência. Luciana explicou que objetiva-se, se aprovado pela Agência, fornecer capacitação aos municípios que necessitem de apoio. Cláudio relata a preocupação dos riscos de alguns Municípios adotarem PSAs prontos que podem gerar consequências desastrosas, como ocorreu no Plano de Saneamento Municipal, e nem contratar empresas para elaboração sem o devido acompanhamento. Ressaltou a importância de conhecer profundamente cada etapa, desde o manancial até a distribuição ao consumidor e que o PSA tem que ser revisado e atualizado para ser de fato, uma ferramenta de gestão. Luciana complementa que o Guia vai dar apoio aos Municípios. Lúcia propõe que seja feito um seminário/capacitação após o lançamento do guia com a ênfase na elaboração do PSA. Profa Dejanira sugeriu que se associe ao PSA o índice de salubridade ambiental, como meta da CT-SAM, afirmando não ser suficiente elaborar o PSA, o Município precisa saber como está a saúde de sua população, para investir melhor seus recursos financeiros. Livia complementou que o PSA é uma ferramenta de gestão para melhorar a saúde do Município, no entanto, é necessário que este se integre nas demais CTs, para que ocorra uma transversalidade com foco na compreensão dos fatos relacionados à saúde, citou o relatório das águas subterrâneas, no qual alguns protocolos da Sabesp detectaram a contaminação com arsênio e chumbo e não foram destacados os riscos à saúde da população de Elias Fausto. É necessário dar destaque ao PSA, criar novos indicadores que sejam conhecidos e incorporados pelas demais CTs e para tal propôs um evento intercâmaras. Profa Dejanira sugeriu

que seria interessante a Agência iniciar o ranqueamento com os Municípios que pioneiros na elaboração do PSA, como forma de valorização e incentivo aos demais. Livia ressaltou a necessidade de se dar visibilidade à relação saúde/ambiente. Citou que o tema está sendo comentado, recentemente ouviu uma abordagem de quanto se gasta em saúde em decorrência da falta de investimentos em saneamento, porém grande parte da informação se perde, sem a devida discussão sobre os riscos à saúde. Nilto cita que o uso de estratégias de marketing, como a Internet pode dar visibilidade para atingir um público considerável, sendo importante valorizar quem faz e para gerar motivação. Lucia complementou que a população necessita saber o que o Município está fazendo quanto às questões de saneamento. Milinski citou que na reunião passada, o diretor do DAAE de Rio Claro, se propôs a fazer uma apresentação/discussão do PSA que está desenvolvido. Lucia complementa a necessidade de sugestões e alternativas para se avaliar o manancial como um todo. Livia propôs fazer em 2020 uma oficina intercâmaras visando o trabalho integrado por meio da transversalidade entre as mesmas. Citou ainda que após fazer uma análise dos parâmetros físico-químicos considerando-se a vazão QT10 o elemento fósforo teve um comportamento diferente nos grandes picos de vazão, revelando a influência de fontes difusas de origem agrícola advindas da falta de cobertura de mata ciliar em alguns trechos de rios, as redes de águas pluviais e a drenagem urbana inadequadas. Estas são linhas importantes que devem ser trabalhadas nas Bacias PCJ. A questão dos agrotóxicos em áreas agrícolas com mananciais desprotegidos dever ser mantida, principalmente pelas pesquisas de avaliação de risco ambiental desenvolvidas pela Embrapa, cuja capacitação realizada pela CT-SAM, mediada pelo pesquisador da EMBRAPA Territorial com o software ARAQUÁ, reconhecido pelo IBAMA, cuja aplicação mostrou-se viável nas BH-PCJ. Ressaltou ainda que as pesquisas de monitoramento dos mananciais nas décadas passadas se concentravam nas causas da eutrofização e que estudos futuros devem avançar para a discussão dos agrotóxicos. Lúcia confirmou a importância do reenquadramento dos rios, citando o exemplo o trabalho para tal que está finalizando no

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL Ata da 80.^a Reunião Ordinária da CT-SAM – 06/08/2019- 9h30min. CEA – UNESP – Rio Claro/SP

Córrego da Servidão e que este será incluído no atual plano de trabalho da CT-SAM. Livia ressaltou que não se pode mais admitir rios de classe IV, nos quais níveis de 1/2mgO₂/L não podem ser aceitos, devendo ser considerados níveis de reenquadramento a partir da classe 3 (um aspecto importante a ser discutido). Profa Dejanira relatou sua preocupação com os contaminantes emergentes nas águas (hormônios, medicamentos, entre outros) com potencial de risco tão importante quanto o dos agrotóxicos, pois permanecem após o tratamento convencional de água. Lucia cita a necessidade de se realizar uma oficina “Novos Desafios na Gestão da Qualidade da Água” para o próximo plano de bacias, com temas sobre agrotóxicos e contaminantes emergentes. Profa Dejanira abordou a necessidade de ampliar o número de participantes da CT-SAM, sugerindo que cada membro poderia indicar uma entidade/participante para ganhar mais força, lembrou que muitas entidades perderam a representação na câmara pois não inscreveram seus representantes e devem ser convidados novamente. Lucia salientou que é o trabalho desenvolvido que gera visibilidade, se for interessante vai atrair mais integrantes, daí a importância de elaborar um plano. A coordenadora convidou Nilto (BRK) e Rogério (SANASA), representantes das renomadas operadoras do sistema de abastecimento, para a discussão das dificuldades, para servir de referência para planejar ações futuras. Rogério cita a preocupação de se criar um PSA “plano de gaveta”, sendo necessário seguir uma metodologia que não dependa de dados que muitos municípios não possuem. Há necessidade do trabalho integrado, desde a proteção dos mananciais pelos órgãos competentes (Defesa Civil, Vigilância Sanitária e outras instituições) que devem estar envolvidos e com interesse. Livia cita que é muito importante conhecer estas dificuldades para ajudar na criação do Guia PSA, e resalta que este guia possui uma abordagem moderna, focada nos riscos ambientais, de forma semelhante à metodologia da Agência de Proteção Ambiental (EPA) que deixou de trabalhar com valores máximos permitidos (valores fixos) para se basear na abordagem do potencial de risco. Nilto cita que cada município tem procedimentos para resolver seus problemas, dentro de um limite de possibilidades de ação, assim o PSA tem que ser

prático, ser acessível. Lucia cita a importância do sistema de abastecimento conhecer os problemas, e exemplificou, se ocorre aumento da turbidez após uma chuva implica na necessidade de se verificar as áreas descobertas no manancial, conhecer em detalhes de todo o sistema de maneira ampla, desde o mapeamento das nascentes. A preservação do manancial depende do conhecimento do problema para garantir ações adequadas para a solução do mesmo. Rogério cita a falta de comunicação entre os órgãos que deveriam estar em constante interatividade e a questão da dificuldade de acesso a dados para consulta. Poderia se criar um local centralizado para divulgação de um evento, as próprias concessionárias são responsáveis por fazer esta comunicação. Nilto cita que seria ideal a criação de um aplicativo, com um protocolo a ser seguido para segurança da água. Lucia cita que na Cetesb há um procedimento a ser seguido, baseado no bom senso, mas que pode se tornar um protocolo. Nilto complementa que o aplicativo padronizado seria uma inovação que faria toda a diferença e a nível de BH-PCJ e não seria de custo alto. Lucia salienta que isto facilitaria o atendimento das chamadas, mas teria que ter credibilidade. Livia relata que os aplicativos em celulares seriam os de mais fácil acesso. Claudioaldo cita como dificuldade no PSA a elaboração do plano de melhorias e enfatiza a importância da comunicação entre Concessionária, Defesa Civil, Cetesb, Vigilância Sanitária, Polícia Rodoviária, entre outros. Quando se tem a experiência de elaborar o plano, fica fácil ajudar outro Município. O PSA necessita ser revisado, é dinâmico, pode-se mudar certas ações para atingir o foco desejado. Sua equipe está na terceira e última etapa do PSA, a de gestão e estão com dificuldade para colocar as medidas em prática. Livia complementa que o PSA trabalha numa visão preventiva. Claudioaldo complementa que o plano de melhorias foca na gestão da qualidade e não só na quantidade, sendo importante conciliar ainda o PSA com o Plano Municipal de Saneamento, que incide na qualidade do manancial de abastecimento. Milinski sugere a coordenação que seja feita um convite às entidades que não compareceram na reunião de posse, para o resgate destas na CT-SAM. Profa Dejanira complementou, especialmente as entidades ligadas aos órgãos de controle. Com base nas

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL Ata da 80.ª Reunião Ordinária da CT-SAM – 06/08/2019- 9h30min. CEA – UNESP – Rio Claro/SP

discussões pode-se elaborar o seguinte plano. 4. **PLANO DE TRABALHO da CT-SAM 2020/2021.** Decidiu-se priorizar ações para fortalecer e dar visibilidade à Política de Saúde Ambiental e ao Guia Prático do PSA. 4.1. **ATIVIDADES RELATIVAS AO PSA:** a) Promover no dia do evento de lançamento do Guia PSA uma apresentação dos PSAs elaborados pelos Municípios do projeto piloto, objetivo que foi atendido; b) Programar uma reunião com as demais CTs e órgãos interessados sobre a implantação do PSA e seu envolvimento com a saúde das Bacias PCJ. Roseane sugere fazer uma oficina e o resultado da oficina seria a elaboração conjunta pelos SAA do plano regional de monitoramento de água bruta com foco para o PSA, ou seja, eleição dos pontos críticos de controle da Bacia Hidrográfica. Além dos parâmetros da Portaria e da Resolução CONAMA poderia ser discutir e aprovar pontos críticos de controle para monitoramento, periodicidade, compartilhamento de informações, custos entre outros; c) Oficinas de capacitação do Guia PSA para as prefeituras de diferentes municípios. Roseane elaboradora do Guia sugere fazer uma oficina, com metodologia dividida em três partes: apresentação do Guia e o passo a passo para elaboração do PSA (Março 2020); acompanhamento e apoio aos SAA (de março a dezembro); e no final de 2020 poderia se fazer o **1º Encontro de Plano de Segurança da Água do PCJs**; d) **Propor um aplicativo de celular para uso em situações de risco de segurança da água** (acidentes com cargas perigosas, metas para racionamento de água, interrupção temporária do fornecimento de água, etc). Haveria a participação de todos os órgãos, sistemas e a população, onde seria informado problemas como vazamentos, risco de contaminação da água. Roseane cita que possui um modelo de notificação, simples, barata e rápida, que usavam na CVE e poderia ser feita de maneira similar, como pode-se verificar no link: http://cveantigo.saude.sp.gov.br/htm/not_amb.htm ; e) Reenquadramento do Córrego da Servidão, pesquisa em desenvolvimento pela Coordenadora Lucia, e que deverá ser encaminhada em breve à CT- OL para avaliação/aprovação. 4.2. **ATIVIDADES DA POLÍTICA DE SAÚDE AMBIENTAL:** a) **Participação nas atividades de debate para finalização dos cadernos temáticos** da revisão do Plano de Bacias para dar visibilidade à Política de Saúde Ambiental por meio da transversalidade com as CTs; b) Eleger indicadores de saúde ambiental – ISA com identificação dos fatores de risco à saúde humana, abastecimento de água, tratamento de água, tratamento de esgoto, índice de atendimento, evento e agravos que irão fazer parte da composição do selo de

incentivo; c) Seminários sobre temas como agrotóxicos: para conferir maior visibilidade e ações em conjunto com as CTs dos Comitês e a comunidade. d) **Criar um GT – Agrotóxico:** juntamente com a EMBRAPA continuar as atividades, ir além do curso de avaliação de risco ambiental de agrotóxicos (software ARAquá) e propor algum projeto em conjunto. 4.3. **ATIVIDADES DE APOIO GT-CARTILHAS:** a) Divulgar a cartilha “Cada Gota Conta” para as demais CT: especialmente a de Educação Ambiental para desenvolvimento de trabalhos com a comunidade escolar (professores e alunos); b) finalizar a cartilha “Cada Gota Alerta” que enfatiza os riscos da poluição ambiental; c) Cartilha Divulgação da Política de Saúde Ambiental: para fortalecer as diretrizes da Política enfocando a transversalidade com as demais Câmaras Técnicas, divulgar em Prefeituras (escolas municipais). Roseane cita a necessidade de elaboração de duas cartilhas, uma para as prefeituras e outra para a população em geral, usada em palestras em escolas, e comunidades moradoras em áreas contaminadas e cita 2 modelos que participou: http://abes-sp.org.br/arquivos/Cartilha_PNRS_para_Crianças_ABES_SP_SELUR.pdf e <https://www.unisantos.br/wp-content/uploads/2018/05/Vigilancia-saude-ambiental-cartilha.pdf> 5. **Participação da revisão do Plano de Bacias:** Lúcia solicitou aos presentes que manifestassem seu interesse em participar da revisão do Plano das Bacias PCJ 2010-2020, evento Intercâmaras dos Comitês PCJ a ser realizado nos dias 28 e 29 de agosto de 2019, na CIESP - Jundiaí, visando estimular o debate e a integração das ações propostas nos Planos de Ações, ficando registrado as participações nos seguintes cadernos temáticos: dia 28 - **Educação Ambiental:** Luciana de Souza e Dilza Nalin Leite (IPSA –C); **Enquadramento dos Corpos d'Água (ECA):** Lúcia Vidor de Sousa Reis (Cetesb), Gladis Meiry Matteo (SANASA), Luciana de Souza e Dilza Nalin Leite (IPSA –C); dia 29 - **Garantia de Suprimento Hídrico (GSH):** Natalia Molina Franco, Mariana Vieira de Campos Kouichi, Thatiane Surian (representantes DAAE- Rio Claro); **Águas Subterrâneas (AS):** Livia Fernanda Agujaro (Cetesb) e Gladis Meiry Matteo (SANASA); **Conservação do uso da água no meio rural e Recuperação Florestal (CRF):** Flávia Vasques (CDRS - Cati) e Juliana Furlan (OAB). O envio dos participantes será por meio de um formulário eletrônico até 23/08/2019. 6. **Assuntos a deliberar:** 6.1

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL Ata da 80.^a Reunião Ordinária da CT-SAM – 06/08/2019- 9h30min. CEA – UNESP – Rio Claro/SP

Apresentação dos PSAs no lançamento do Guia PSA - verificar com a Roseane a possibilidade dos Municípios pilotos fazerem a apresentação, dos PSAs elaborados, no evento a ser realizado pela Agência PCJ; 6.2. Calendário de reuniões: copiar do site e enviar aos membros da CT-SAM; 6.3. Elaborar Carta convite às entidades que perderam a representação na CT-SAM – foi justificado e manifestaram interesse de continuação a UNESP e a Faculdade Mackenzie; 6.4. Esquema/quadro com nomes participantes/cadernos temáticos – a ser enviado a todos os membros da CT-SAM como convite, visando angariar mais participantes aos debates do evento intercâmaras; 6.5 Ofício para reserva do local para próxima reunião: FT-UNICAMP - Limeira a ser enviado para Profa Cassiana (representante da instituição). **7. Pauta próxima reunião dia 03/10/19** 7.1. **Apresentação da política de saúde ambiental**, pelos membros do GT-Política; 7.2. **Continuação e finalização da elaboração do plano de trabalho** (deverá ser entregue dia 06 de outubro para aprovação das atividades a serem desenvolvidas pela CT-SAM; 7.3. **Avaliação de pedido de inclusão de entidade na CT-SAM**: “Associação Movimento Resgate o Cambuí”; 7.4. **Aprovação da Ata** – Minuta da 80.^a Reunião ordinária da CT-SAM (realizada no CEA/UNESP - RC. **8. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, a coordenadora Lúcia agradeceu a presença de todos e foi dada por encerrada a reunião.

Lucia Vidor de Sousa Reis
Coordenadora da CT-SAM

Luciana de Souza
Coordenadora-adjunta da CT-SAM

Dilza Aparecida Nalin de Oliveira Leite
Secretária